

2.º do 55.º ano

Lisboa, 16 de Janeiro de 1944

Número 1346

GAZETA

DOS CAMINHOS DE FERRO

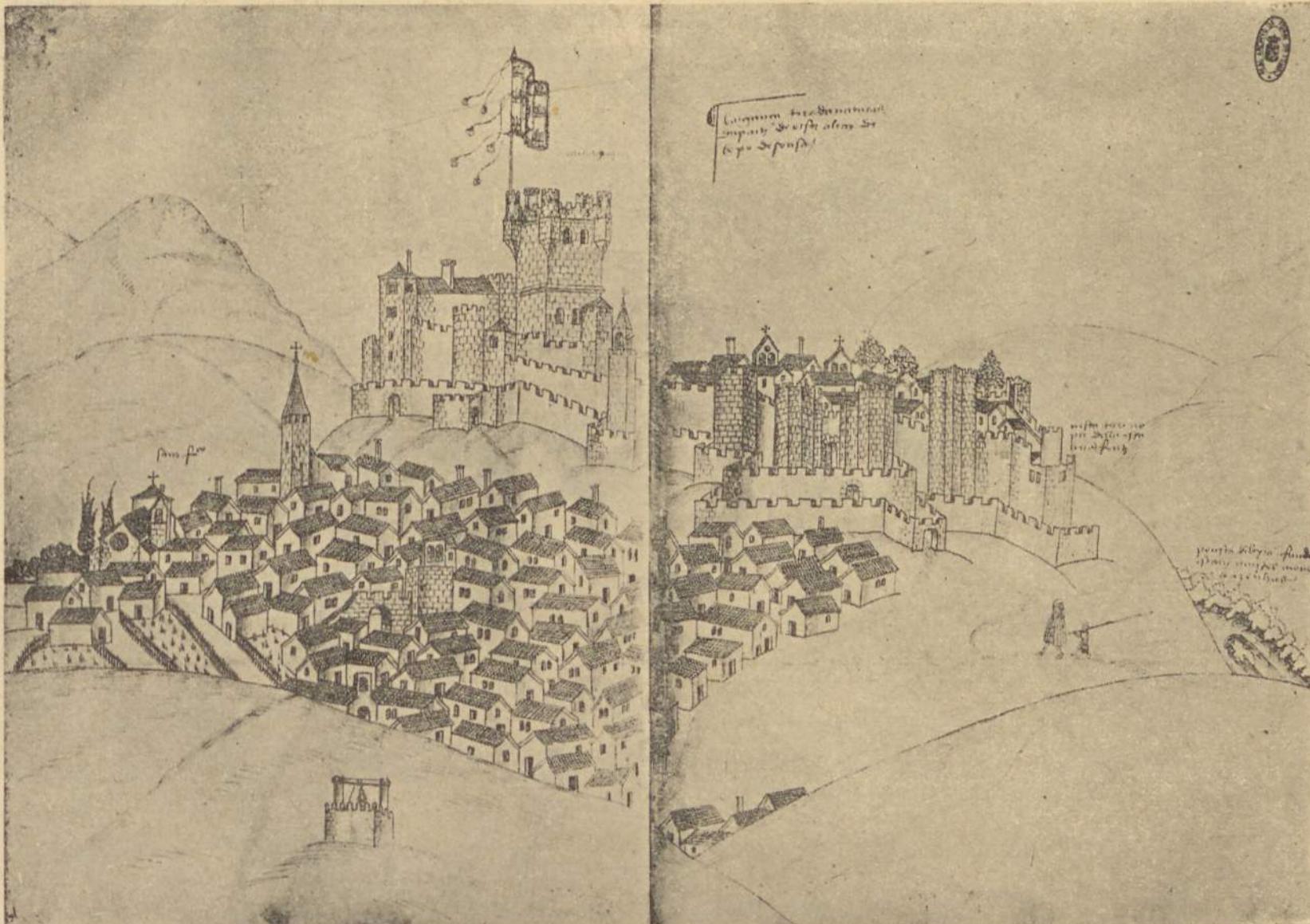
FUNDADA EM 1888

REVISTA QUINZENAL

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Tip. da «Gazeta dos Caminhos de Ferro»
5, Rua da Horta Sêca, 7 — LISBOA

Comércio e Transportes / Economia e Finanças / Turismo
Electricidade e Telefonia / Navegação e Aviação / Minas
Obras Públicas / Agricultura / Engenharia / Indústria
C A M I N H O S D E F E R R O

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua da Horta Sêca, 7, 1.º
Telefone P B X 20158 — LISBOA



CASTELO DE BRAGANÇA (Risco de gravura antiga)

Gazeta dos Caminhos de Ferro

COMÉRCIO E TRANSPORTES — ECONOMIA E FINANÇAS — ELECTRICIDADE E TELEFONIA — OBRAS PÚBLICAS
— NAVEGAÇÃO E AVIAÇÃO — AGRICULTURA E MINAS — ENGENHARIA — INDÚSTRIA E TURISMO

Fundada em 1888 por L. DE MENDONÇA E COSTA

Director, Editor e Proprietário: CARLOS D'ORNELLAS

Redacção, Administração e Oficinas: Rua da Horta Seca, 7, 1.º — LISBOA — Telefones: P BX 20158; Direcção 2752

Premiada nas Exposições: GRANDE DIPLOMA DE HONRA: Lisboa, 1898. — MEDALHAS DE PRATA: Bruxelas, 1897; Pôrto, 1897 e 1934; Liège, 1906; Rio de Janeiro, 1908. — MEDALHAS DE BRONZE: Antuérpia, 1894; S. Luiz, Estados Unidos, 1904

Delegado no Pôrto: ALBERTO MOUTINHO, Avenida dos Aliados, 54 — Telefone 893

1346



16 — JANEIRO — 1944



A N O L V

Número avulso: Esc. 3\$00. Assinaturas: Portugal (semestre) 30\$00

África (ano) 72\$00. EMPRECADOS FERROVIÁRIOS (trimestre) 10\$00

Números atrasados 5\$00 — Números Especiais (avulso) 10\$00

GAZETA DOS CAMINHOS DE FERRO

CONSELHO DIRECTIVO :

General RAÚL ESTEVES
Coronel ALEXANDRE LOPES GALVÃO
Engenheiro RAÚL DA COSTA COUVREUR
Engenheiro AUGUSTO CANCELA DE ABREU
Engenheiro LUIZ FERNANDO DE SOUZA

DIRECTOR-GERENTE :

CARLOS D'ORNELLAS

SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO :

Engenheiro ARMANDO FERREIRA
AMÉRICO FRAGA LAMARES

REDACÇÃO :

MIGUEL COELHO
ALEXANDRE SETTAS
REBELO DE BETTENCOURT
Professor JOSÉ F. RODRIGUES

COLABORADORES :

General JOÃO DE ALMEIDA
Coronel de Engenharia CARLOS ROMA MACHADO
Engenheiro CARLOS MANITTO TORRES
Coronel de Engenharia ABEL URBANO
Capitão de Engenharia MÁRIO COSTA
Engenheiro D. GABRIEL URIGUEN
Capitão de Engenharia JAIME GALO
Major HUMBERTO CRUZ
JOSÉ DA NATIVIDADE GASPAR
ANTÓNIO MONTEZ
Engenheiro ADALBERTO FERREIRA PINTO
Dr. MANUEL MÚRIAS
RAÚL ESTEVES DOS SANTOS

COLABORADOR ARTÍSTICO :

STUART DE CARVALHAIS



S U M Á R I O

Lisboa Antiga — Alfama — Rua de S. Salvador	51
Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal	53
Para a história das descobertas e conquistas dos portugueses, pelo Coronel de Eng.º Carlos Roma Machado	55
A C. P. e as manobras militares	58
O Grupo «Os Carlos» vai homenagear o Almirante Gago Coutinho	58
Comissão arbitral dos Caminhos de Ferro	58
Brigadeiro Carvalho Teixeira	58
Há 50 anos	59
Imprensa	59
A missão social do Ensino Técnico	60
Grémio dos Industriais Gráficos	61
Repositório de assuntos referentes a Teatro e a Cinema, por Miguel Coelho	62
Publicações recebidas	62
Parte Oficial	63
O que todos devem saber	64



LISBOA ANTIGA — Alfama — Rua de S. Salvador

Companhia dos Caminhos de Ferro

do Norte de Portugal

EXERCÍCIO DE 1942

Estão publicados em volume o Balanço e Contas da gerência da Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, relativos ao exercício de 1942, que acusam um saldo positivo de Esc. 332.426\$78.

A receita total de exploração cobrada neste exercício, líquida de impostos e reembolsos, foi de Esc. 8.928.721\$35.

As despesas totais de exploração, nesse mesmo ano, atingiram Esc. 8.596.294\$57.

Em comentário a êstes números, a ilustre Comissão Administrativa, composta pelos srs. Pedro Amor Monteiro de Barros, José de Almeida e Vasconcelos, Luiz de Novais Guedes Rebelo, Mário Dias Trigo, afirma o seguinte:

Vistos ao simples exame dos números que constam do presente Relatório, os resultados do exercício de 1942 deviam considerar-se altamente animadores em comparação com os dos exercícios anteriores e em especial com o último, de 1941.

Efectivamente, nota-se um aumento de receitas de 2.656 contos, aproximadamente, ou sejam 42 por cento a mais em relação a 1941.

Mas se repararmos que em 1941 a Companhia do Norte cobrou as menores receitas desde que existe, cerca de 6.272 contos, e que elas se haviam elevado já, em 1934, a 7.190 contos, é fácil de concluir que tal aumento não pode, infelizmente, ter o significado que se lhe deveria atribuir noutras circunstâncias.

Ele filia-se principalmente no aumento de tráfego verificado em tôdas as empresas ferroviárias nacionais, em resultado da falta de combustíveis líquidos para a camionagem, e que na Norte se começou a sentir a partir de Março de 1942.

Por outro lado, as despesas, embora sendo só superiores de 445 contos, aproximadamente, em relação às do ano anterior, continuaram a corresponder a um período de compressões entre as quais uma apreciável redução de percursos (451.400 quilómetros em 1942 contra 611.891 quilómetros em 1941).

Daqui se conclui facilmente que se agravaram extraordinariamente as despesas realizadas para um percurso que correspondeu, em 1942, a 26 por cento a menos do que o do ano anterior.

Conseqüência principal da falta de combustíveis e de outros materiais e da dificuldade e enorme carestia da sua aquisição, o que é certo é que vem sendo cada vez mais difícil manter um serviço regular, embora reduzido, da exploração.

Todavia, dentro da fraqueza dos recursos para fazer face a tôdas as despesas necessárias, conseguiu-se melhorar um pouco a via com um maior emprêgo de travessas e prosseguiram as reparações do material circulante com os escassos materiais que foi possível obter.

A melhoria de receitas verificada a partir de Março de 1942 permitiu liquidar os pagamentos em atraso ao pessoal da Companhia e aos fornecedores, que se fazem já de forma regular desde Julho do ano findo.

Por outro lado, retomou-se também o pagamento do imposto ferroviário ao Estado, a partir do correspondente ao mês de Julho de 1942 e fi-

zeram à C. P. alguns pagamentos, num total de 1.146.855\$45, por conta da avultada dívida da Norte por serviço combinado e outros.

Reabriu-se à exploração a linha do Vale do Tâmega em 27 de Abril, conseguindo-se explorar, mercê das circunstâncias e das medidas adoptadas, com um saldo positivo de 34.104\$43.

Não devemos esquecer o importante auxílio recebido do Governo com a manutenção da aplicação das disposições legais e contratuais relativas à garantia integral, por parte do Estado, do pagamento de juros e amortização das obrigações «Norte», 5 %.

A seguir, o Relatório dá-nos conta das apreensões que preocupam a Comissão Administrativa. Em que se baseiam essas apreensões? Oiçamos, portanto, mais uma vez, o que nos diz essa Comissão:

A melhoria de situação derivada dum maior desafogo de tesouraria não é senão aparente: o poder de capacidade de compra do dinheiro é cada vez menor devido às dificuldades criadas pela actual situação internacional.

Há que multiplicar cada vez mais os esforços para conseguir manter a exploração ferroviária, mas nessa orientação todo o pessoal tem procurado colaborar condignamente, não podendo esta Comissão deixar de consignar o devido louvor ao Director da Exploração, Chefes de Serviço e restantes agentes da Companhia pela dedicação, zelo e boa vontade que têm demonstrado no exercício das suas funções.

Por seu lado a Comissão Administrativa tem

procurado minorar a penosa situação daquêle pessoal, em face da crescente carestia de vida e, na medida das suas possibilidades, procurou melhorá-la até.

Disso são prova evidente o abôno de 15 dias que concedeu a todos os agentes da Companhia, em Novembro de 1942, e a anuênciada aos trabalhos da Comissão que foi encarregada de estudar a unificação e reajustamento dos vencimentos do pessoal, por portaria ministerial de 29 de Outubro de 1942, Comissão em que esta Companhia foi representada pelo seu administrador-delegado.

Como resultado final dos trabalhos da referida Comissão foi publicada a portaria ministerial de 23 de Dezembro de 1942, da qual resultou como benéfica medida para a Companhia uma criteriosa arrumação do seu pessoal, só agora possível depois da fusão operada em 1926 das duas Companhias de Guimarães e da Póvoa, e, ao mesmo tempo, para o pessoal, uma justa unificação e reajustamento dos seus vencimentos e salários, com um aumento de encargos anuais para a Companhia de 700 contos aproximadamente, a partir de 1 de Janeiro de 1943.

A Companhia, que tem sido auxiliada pelo Governo, como, com gratidão, o confessa o Relatório, tem em sua frente vários problemas a resolver. Um deles, é o seu sistema de exploração, com o qual ela conta cumprir a sua missão. São estes os votos formulados pela sua ilustre Comissão Administrativa. São estes, igualmente, os nossos votos.



Para a história das descobertas e conquistas dos portugueses

Resumo dos apontamentos de algumas das defesas pelos Guerreiros e Navegadores Portugueses no fim da Dinastia de Aviz, durante o domínio Espanhol, e posteriormente no nosso antigo Império Indo-Africano

Pelo Coronel de Eng.^a CARLOS ROMA MACHADO

Presidente da secção de Geografia Física e Política da S. G. L.

3.^a PARTE (continuação)

O cerco de Queixome

Empavesou-se a fortaleza. O general do Xirás relusente de pedrarias avançou com os seus à roda da fortaleza. Atacou, mas não passou de em frente da cava ou fosso. Ao anoitecer, retirou com 3.000 mortos e feridos. Nós tínhamos apenas perdido 33 portugueses e 3 lascarins. O general do Xirás contava com a próxima vinda da armada ingleza, que estava já perto. No dia seguinte já com duas peças dos ingleses, matou-nos 8 soldados e feriu 25. À noite o inimigo atacou até ao parapeito da cava ou fosso. De manhã retirou deixando no campo 700 cadáveres. Nós apenas tivemos 33 mortos. Ruy Freire fez uma sortida com 400 portugueses e 400 lascarins, em dois esquadrões, comandados por Baltazar de Chaves e Sebastião Pereira de Macedo. Iam atacar os persas pelos flancos. Uma forte descarga nossa matou uns 14.000 inimigos e retirou a seguir, tendo-se-lhes encravado as duas peças. Os persas na manhã seguinte vieram parlamentar. E parou o ataque.

Entre os persas inventou-se a história de terem visto de noite uma mulher luminosa atravessando as suas trincheiras. Ruy Freire mandou dias depois Baltazar de Chaves atacar o porto inimigo de Kusstak, onde havia 1.000 homens e muitas fortificações. O valoroso português arrasou as fortificações e trouxe de rastos as bandeiras tomadas. Ruy Freire escrevera para Goa a Fernão de Albuquerque dizendo estar cercado por 25.000 persas e pedindo pólvora e balas.

O Governador respondeu-lhe mais tarde increpando-o por ter procedido de modo que provocou a guerra dos persas, o que o entristeceu bastante. Os persas, insignes mineiros, faziam trabalhos de

sapa contra os baluartes do forte. Mandou reforçar a fortaleza e fortificou a cava. Mandou atacar a fortaleza inimiga de Serapião, Manuel Botelho com Antonio Palha; saquearam-na com 300 ormusianos ficando tudo em cinza. Mandou Baltazar de Chaves desfazer o forte dos ingleses em Jakes, com 300 portugueses e 400 ormusianos; foi tudo arrasado ficando em cinza e trazendo das duas partes grandes despojos. Como um mouro desafiara em combate singular um português, foi Filipe da Fonseca, de 18 anos, com êle combater, e trouxe as armas e a cabeça do mouro. Ruy Freire, perdoado o castigo que êste heroe devia ter, mandou uma força a Congon arrazar a povoação, hortas e pomares, e voltou vitoriosa. Mandou espionar a vinda das naus inglesas, e seguiu a Ormuz para com a sua esquadra a ir surpreender. Organizou a sua antiga armada por completo, mas o Conselho e o Rey de Ormuz foram contrários à ida do Ruy Freire ao encontro da armada inimiga, e voltou para Queixome. Ainda manda Baltazar de Chaves com 1.500 homens, saqueiam Lafeta, arsenal persa, tendo sido tudo arrazado.

Mas a energia e mentalidade dos portugueses não era a mesma do tempo de Afonso de Albuquerque. Houve contudo uma esperança de grande socorro.

Fernão de Albuquerque enviou de Goa uma esquadra de 10 navios, infelizmente comandados por Simão de Mello Pereira, a quem se deveu pouco depois a perda de Ormuz, e por almirante Luiz de Brito, sobrinho do Governador da India, e se estava aprontando outra esquadra do comando de Constantino de Eça. Domingos Pires Vieira veio a Queixome dizer que vinham 9 naus inglesas, sendo 5 de mais de 60 peças e 4 de 26 e de 30. Ruy Freire comunicou a D. Francisco de Sousa em Ormuz que

logo que se aproximassem as naus inglesas, lhe fizesse signal que êle iria imediatamente. Mas D. Francisco com o trabalho de aprestar Ormuz adoeceu e faleceu, sendo substituido *pelo acima citado Simão de Mello*, que entendeu nada ser preciso fazer na Praça, pois a achava muito forte e assim o comunicou a Ruy Freire.

A 30 de Janeiro as naus inglesas estavam em frente de Ormuz, mas não fizeram de lá o sinal que Ruy Freire tinha pedido.

Blithe e Weddell eram seus comandantes; Bafing comandava uma das naus. André Coutinho ainda veio a Queixome, prevenir Ruy Freire, mas êste não quis ir sem ordem do Conselho dos oficiais. De manhã a esquadra inglesa aproximou-se de Queixome. Começou o bombardeamento. A fortaleza era alvejada do mar pela esquadra ingleza e de terra pelos 20.000 persas. A solução urgente era mandar sair a nossa esquadra contra os ingleses, e abrir a célebre cava do forte de Ormuz. Não se fez nem uma nem outra coisa, pois Ruy Freire não queria sair de Queixome sem ordem expressa do Conselho que nunca veio, alem de que contava com a acção da esquadra que tinha vindo de Goa. Em Queixome os ingleses desembarcaram e puseram em batalha 16 peças de 24 e 40 no palmeirim acostadas para a fortaleza.

Eram arrazados de dia os parapeitos que os nossos de noite refaziam. Os persas amiudam os assaltos. Uma manhã um inglez foi intimar Ruy Freire a que se rendesse.

Respondeu que não se rendia. E ordenou grande arremetida ao inimigo.

Os padres em altos gritos impediram a saída. Pediram-lhe para negociar com os ingleses a saída de Queixome. Ruy Freire negou-se a tal. Sem fazerem caso dele os soldados levaram ao inglez a resposta da rendição. Ruy Freire não a quiz ler e atirou-se ao soldado de punhal, chamando-lhe traidor. Revoltaram-se os soldados ainda mais, Ruy Freire tomando um morrião dirigiu-se ao paiol para fazer saltar a fortaleza. Foi visto e preso nos seus aposentos sem sentinelas. Acordada a rendição, começou pelos portugueses que foram levados nos navios para Ormuz. Depois o general inglez elogiando muito Ruy Freire, pela sua defesa, levou-o preso para uma nau. E depois dos portugueses terem saído, roubando-lhe todo o dinheiro e joias, deixaram entrar os persas que mataram 800 ormuzianos, tendo estes ainda assim morto 300 persas. E assim se perdeu Queixome.

Perda de Ormuz

Os herois desta triste rendição foram em primeiro logar o Rey de Ormuz que depois de ter chamado a Simão de Melo traidor e covarde, não lhe permitiram defender a Praça Gonsalo da Sil-

veira quis ir comandar a esquadra de Ruy Freire e dar batalha aos ingleses, e não lhe foi consentido. Os ingleses tinham grande receio dessa esquadra que ainda de Ormuz lhes fez fogo morrendo o celebre Bafing de uma bala. Ruy Freire ainda lembrou a Simão de Melo a frase de Afonso de Albuquerque «*Se alguns inimigos vires surgir abre a cava e deita a dormir*».

Nada disso se fez. Os persas, grandes mineiros, fizeram minas, mataram todos os portugueses da povoação e suas famílias, que não tiveram tempo de recolher à praça, e foi pelo ar com uma explosão o Baluarte S. Tiago em parte.

Distinguiu-se na defesa Baltazar de Chaves e mais os heroes de Queixome, Sebastião de Macedo, António de Oliveira, Domingos Vieira, Manuel Cavadão e António Palha. Os ingleses e os persas tinham feito uma possante bateria na Misericórdia.

Quatro guerreiros nossos saíram da praça e encravaram-lhes todas as peças. De Mascate vieram 3 terraquins com trigo. O Governador de Goa mandava dizer que *se não se podessem defender em Ormuz embarcassem na esquadra e se não podessem nela defender-se morressem nela!!!* Simão de Melo tinha já mandado encalhar todos os navios!!! Gonsalo da Silveira e Baltazar de Chaves fizeram duas sortidas com muitos capitães e soldados e mataram tantos persas que faziam com eles uma tranqueira para se defenderem. Os persas, para que as minas podessem continuar vieram pedir tres vezes tréguas fingidas, enviando comissários com bandeiras brancas que Simão de Melo recebeu contra a vontade do Sultão de Ormuz. A crónica diz que entre ingleses e persas os inimigos eram 30.000. O baluarte de S. Tiago derruiu de todo. A ultima esquadra de Goa não chegou a passar de Mascata; se tivesse chegado a Ormuz ainda com Freire de Andrade se conseguiria salvar tudo.

Uma tarde sobre o derruido baluarte do sino apareceu um inglez de bandeira branca. A praça entregou-se por *intermedio de Francisco Cardoso Pessoa, amigo de Simão de Melo*, vergonhosamente e com protestos de quasi toda a guarnição. O pobre Rey de Ormuz foi aprisionado dentro de uma jaula, e só mais tarde conseguiu que os persas lhe perdoassem. A mulher e filhos vieram para Goa. E assim se perdeu Ormuz!

Ruy Freire preso pelos ingleses a bordo da esquadra consegue fugir

Constantino de Eça quando encontrou no mar os fugitivos portugueses seguiu com eles na sua esquadra para Mascate, aguardando ordens da India.

A esquadra ingleza seguia para Surate, tratando muito bem e dando liberdade de trânsito a bordo a Rey Freire. Era muito elogiado pelo seu proce-

der. Mas pensou em fugir. Chegara a Páscoa. Um dia disse ao capitão que desejava festejar a Páscoa à moda de Portugal e convidava para isso todos os oficiais. Ele tinha dois criados mulatos. Obteve licença para um dos mutatos num pequeno bote ir a Damão, a cujo Capitão e vereadores escreveu a pedir que o ajudassem enviando vinho e eguarias para 60 pessoas. E disse ao mulato para o vinho vir quasi todo cheio de *DUTRO herva que embebeda* para ficarem os que beberem bebados por 24 horas. E o vinho voltou com a encomenda. E no domingo de Páscoa em que fazia um ano tinha ido pelo ar o primeiro baluarte de Ormuz, reunidos todos em baquete, oficiais à ré e marinheiros à proa, foi aberto o casco com o vinho. Às 7 horas da tarde estavam todos os oficiais e marinheiros adormecidos com o vinho levado em garrafas pelos dois criados mulatos, e a marinagem bebera o vinho trazido numa pipa. Ruy Freire com seus mulatos e os soldados portugueses que o acompanharam desceram por escada de corda à poupa para um barco e seguiram para terra. De bordo das outras naus começaram a persegui-los a tiro mas conseguiram chegar a terra menos um dos mulatos, morto. Os ingleses ainda em terra desde Sorate os perseguiram não os alcançando. Em Damão e Bacaim deram-lhe 4.000 cruzados com que comprou uma galeota, e com 50 soldados dessa feitoria seguiu para Ormuz, que julgava ainda atacada. Não passou de Mascate e ali soube que se tinha rendido. Por concelho de Ruy Freire, Constantino Eça entregou a Martim de Melo a sua esquadra, e num patacho seguiu com Ruy Freire para Chaul e de lá para Oca. Seguiam também o *traidor Simão de Melo e os seus sequasis*. Mas temendo grande castigo e desrespeitados por todos internaram-se no Malabar e ninguém mais os viu, Ruy Freire mal recebido pelo Governador requereu uma devassa aos seus actos, e foi-se meter num convento para se fazer fraude agostinho. Entretanto morria de desgosto e de idade o Governador, e viera de Lisboa o novo Vice-Rey D. Francisco da Gama conde da Vidigueira.

E para o Governo se vingar do desastre de Ormuz, não aparecendo nenhum dos mais culpados, foi degolado o sobrinho de Fernão de Albuquerque, Luis Brito da Mina, que tinha sido almirante na esquadra que da India tinha ido para Ormuz, comandada por Simão de Melo.

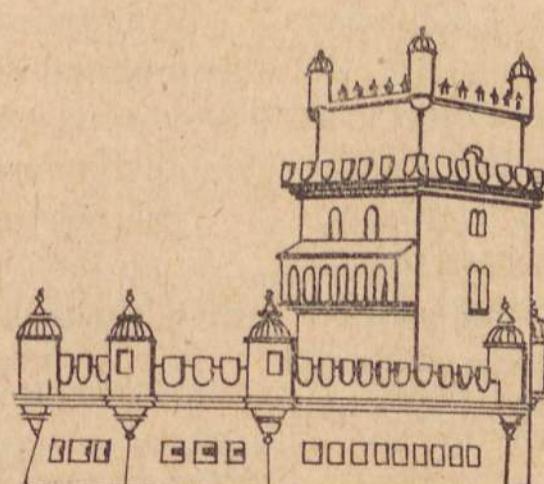
Últimas façanhas do grande heroe

O Conde de Vidigueira logo depois de ter sido consumado o castigo de Luiz de Brito da Mina, pagando, como quasi sempre, o justo pelo pecador, foi procurar Ruy Freire ao convento, increpou-o severamente, e ordenou-lhe que com 6 galeotas bem armadas e equipadas fosse vingar o grande desastre, tanto mais que era ainda *Capitão general do Mar arabico, e estreito de Ormuz*. Obediente como sempre aos seus superiores, partiu em Abril de 1623. Ia como quem quere morrer vingando-se.

Ao saber da sua chegada os persas retrairam-se. Tinham-se apossado de Soar. Mascate também não estava segura. Abandonaram todos os lugares que tinham ocupado.

Ruy Freire desencadeia um temporal de ferro e fogo em todo o Golfo. Cerca Ormuz que desmantelada já de nada vale. Devasta todas as povoações antigas dos persas e Comorão, faz alfandega em Congon, nas barbas dos ingleses! Manda D. Gonçalo da Silveira Eufrates acima até Bassorá, varrendo tudo a ferro e fogo. A sua existencia é um turbilhão de aventuras. Os ingleses temem-no e retraem-se. Destroe todas as povoações importantes em volta do Golgo. O seu nome iguala o de Afonso de Albuquerque, e o de Sequeira. Por fim recolheu a Mascate, que ainda animou por alguns anos, até que um dia *desapareceu morto ou envenenado, em 1663*, e pouco depois Mascate também subumbia. E no chão onde repousam seus casos, nem sequer uma lápide indica à posteridade de seu heróico nome.

(Resumo tirado do livro *Como se perdeu Ormuz*, de Luciano Cordeiro e outros) — *Finis laus Deo.*



A C. P. e as manobras militares

Um justo louvor do Governo

Assinado pelo sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações, o «Diário do Governo» publicou o seguinte despacho:

«Considerando que os transportes ferroviários durante os períodos de concentração e desmobilização das tropas que tomaram parte nas manobras militares realizadas durante o mês de Outubro findo foram executados exemplarmente e por forma a merecer publicamente, do Estado Maior do Exército, as mais lisonjeiras referências;

Atendendo ainda a que êsses transportes, abrangendo também elevada tonelagem de mercadorias, foram efectuados num período em que a exploração ferroviária se debate com dificuldades:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, louvar a administração, o pessoal técnico e demais pessoal da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses que interveio na preparação e execução daquele serviço, por forma diligente, disciplinada e cheia de boa vontade com que se houve, honrando as tradições ferroviárias do país».

Por este justo louvor apresentamos à ilustre Comissão Administrativa da C. P. as nossas felicitações.

O Grupo OS CARLOS

vai homenagear o Almirante GAGO COUTINHO

Na reunião que há dias se efectuou no Grupo «Os Carlos», à qual presidiu o sr. Carlos Empis presidente da direcção, reeleita, foi registado que o número de sócios se elevou para 3.600. Foi aprovada a compra de terreno para a Casa de Repouso de «Os Carlos» e autorizada a verba a dispender com as manifestações à chegada do sócio sr. Almirante Carlos Viegas de Gago Coutinho que será esperado no Pôrto pelos delegados da direcção de «Os Carlos», que o acompanharão a bordo do veleiro «Foz do Douro», para Lisboa, gentil oferta do seu proprietário, sr. Júlio Ribeiro de Campos.

Para a comissão de recepção foram nomeados os srs. Carlos Empis, Carlos Ferreira da Rocha, Carlos César Gonçalves e Carlos d'Ornellas.

Comissão arbitral dos Caminhos de Ferro

Durante o corrente ano, a Comissão arbitral a que se referem o artigo 22.º do decreto 18.859, de 30 de Agosto de 1930, e o artigo 10.º do decreto 22.046, de 29 de Dezembro de 1932, é composta pelo engenheiro inspector superior de Obras Públicas sr. Raúl da Costa Couvreur, que assumiu a presidência; pelo engenheiro chefe da 4.ª Repartição da Direcção Geral de Caminhos de Ferro, sr. Rodrigo Severiano do Vale Monteiro, como delegado do Estado, e pelo engenheiro sr. Henrique Pereira Pinto Bravo Júnior, como delegado da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Brigadeiro Carvalho Teixeira

Foi promovido recentemente ao posto de Brigadeiro, o nosso querido e ilustre amigo, sr. Júlio



Brigadeiro Carvalho Teixeira

César de Carvalho Teixeira, antigo ministro das Obras Públicas e oficial dos mais sabedores do nosso Exército.

Juntando à sua alta competência de militar uma grande correção de maneiras, fácil lhe foi, por isso, impôr disciplina e ganhar, entre todos os seus subordinados, as mais devotadas simpatias.

Sua larga e brilhante fôlha de serviços prestados ao País, coloca-o, justamente, entre as figuras mais ilustres do Exército.

ESTE NÚMERO FOI VISADO
PELA COMISSÃO DE CENSURA

Há 50 anos

(Da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, de 16 de Janeiro de 1894)

Os negócios da Companhia Real

O convenio

Conforme o decreto que publicamos na *Parte Official* d'este numero, está já aprovado pelo governo, na parte que lhe respeita, o projecto de convenio que a comissão administrativa da companhia propõe aos credores, em conformidade com o art. 5.º do decreto de 9 de novembro ultimo.

Esse projecto de convenção foi, em virtude d'aquelle decreto, apresentado já no dia 13 no Tribunal do Commercio, acompanhado dos documentos correspondentes, entre os quaes a certidão do deposito feito no caixa geral dos depósitos de 750:000\$000 réis, até 31 de dezembro findo.

A dívida da companhia para com o Estado, liquidada em 31 de dezembro de 1893, elevava-se a cerca de 5.400:000\$000 réis. A liquidação fez-se, tendo em vista as diferenças de cambios e as cotações dos títulos nas datas em que se fizeram as varias entregas pelo tesouro á companhia. O pagamento d'esta verba será feito: 1:000 contos no 1.º anno e o restante em prestações 500 contos, sendo caucionado por 8:000 obrigações privilegiadas.

Todas as bases dos ajustes anteriormente feitos com os credores foram mantidas, conseguindo-se ainda mais vantagens aos obrigatários em especial e para os interesses gerais da companhia que são, de resto, os de *todos* e portanto d'aquelles igualmente.

A redução das actuais obrigações é feita nos mesmos termos e na mesma forma porque tinha sido auctorizada na assembléa geral de 31 de outubro de 1892, com as mesmas preferencias permittidas e auctorisadas pela dita assembléa e aceites pelos comités, em dezembro de 1892 — sem alteração alguma, a não ser no primeiro coupon das obrigações *reduzidas*, que começa no 1.º de janeiro de 1894, em vez de 1 de janeiro de 1893.

Para compensar, porém, *todos* os actuais obrigatários do coupon integral *ouro*, do anno de 1893, e até perfazer o mesmo coupon, ser-lhes-ha entregue, não só o saldo em deposito em 31 de dezembro de 1893, mas o excesso do rendimento liquido da Companhia sobre o juro das 560:000 obrigações privilegiadas, com a preferencia estabelecida nos protocollos de 1892 e no projecto actual de convenção.

Em compensação das 300:000 acções que a Companhia podia crear nos termos dos antigos estatutos, mas que ora são annulladas, os obrigatários terão, em vez de $1/4$, um terço dos representantes no conselho de administração e terão igualmente um terço dos membros da comissão administrativa da Companhia.

O conselho de administração será composto, em vez de 25, de 21, membros, sendo 7 representantes dos obrigatários, 7 do governo e 7 dos accionistas. O conselho fiscal é composto de 12 membros eleitos pela assembléa geral.

Os ordenados serão fixados pela assembléa geral.

Os 7 representantes dos obrigatários constituirão um comité em Paris nas condições que nas anteriores convenções haviam sido concordadas, devendo o primeiro comité funcionar por 5 annos.

O juro da dívida fluctuante para todos os credores sem excepção é fixado em 5 %.

A liquidação do Grande Central Hespanhol é devolvida

Imprensa

«O SÉCULO»

Completo 63 anos de publicação o nosso prezano e ilustre colega *O Século*, que tem sabido ser sempre um grande jornal da actualidade.

Aos seus ilustres director e sub-director, srs. João Pereira da Rosa e dr. Guilherme Pereira da Rosa, e ainda ao seu ilustre chefe da Redacção, sr. Acúrcio Pereira, enviamos os nossos melhores cumprimentos.

«JORNAL DE SINTRA»

Entrou, em 9 de Janeiro, com o n.º 510, no XI anno de publicação, o excelente semanário *Jornal de Sintra*, de que é proprietário e director o nosso prezano amigo sr. António Medina Júnior.

O facto, como nos anos anteriores, foi celebrado com um número especial, de magnífica colaboração. Uma capa artística, assinada por Alonso, reproduz um pitoresco moíño de velas. Entre os seus colaboradores, figuram a distinta poetisa Maria Almira Pedrosa Medina, e os jornalistas Napoleão Gonçalves e Raúl Esteves dos Santos.

Os nossos sinceros cumprimentos a Medina Júnior.

«O CASTANHEIRENSE»

Este semanário, que o dr. José Fernandes de Carvalho fundou e de que é actualmente director o sr. Adriano José Sebastião Coelho, entrou, em 1 de Janeiro, no 8.º anno de publicação. A data, dупlamente festiva, pois abrange o jornal e a linda vila de Castanheira de Pera, onde tem a sua redacção, foi celebrado com um número especial, abrilhantado por numerosos colaboradores. A publicidade que insere é um índice da importância comercial e industrial da região.

Os nossos cumprimentos.

a essa sociedade, do que resulta enorme vantagem para a Companhia portugueza.

O convenio estabelece mais, que serão annulladas todas as obrigações existentes nos cofres da Companhia, todas as que estiverem servindo de caução a quaesquer dívidas que se regatem pelo convenio; e todas as existentes na circulação que venham a pertencer á Companhia.

O mesmo é feito, pelos novos estatutos, ás acções que existem em poder da Companhia.

O projecto da convenção será mandado publicar pelo juiz do tribunal do commercio no *Diário do Governo* e em dois dos periodicos principaes de Paris, Londres e Berlim, acompanhado de um edital convocando os credores para no prazo de trez mezes declararem se o approvam ou rejeitam.

Publica-o-hemos tambem e por elle se verá que as bases propostas são as mais equitativas e tendentes a garantir todos os interesses.

A missão social do Ensino Técnico

Estão publicados, em elegante volume, os notáveis discursos que, na sessão inaugural do ano escolar de 1942-1943, em 16 de Novembro de 1942, se pronunciaram no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiros, pelos srs. Dr. João Alberto Pereira de Azevedo Neves, Reitor da Universidade Técnica, e Dr. Armando Marques Guedes, professor catedrático daquele Instituto, a quem coube a oração da sapiência, na qual desenvolveu o tema: «O Ensino Técnico Superior e a Universidade». È dessa notável oração de Sapiência que transcrevemos o seguinte trecho, sobre «A Missão Social do Ensino Técnico»:

Não nos deixemos porém desvairar pelo que Berdiaef chama com certa razão o *misticismo das técnicas* porque êle, muitas vezes, faz com efeito, secar as fontes espirituais de beleza e de bondade, que existem nos estudos humanistas, e como que deixa, sem elas, a Vida vasia de substância moral.

O Homem tem um fim na Vida; a sua Vida tem um sentido; as Nações teem uma vocação histórica.

Nada pode recordar melhor a um e a outros êsse fim e essa vocação do que a Escola e a educação, que ela deve ministrar.

Dizia Durkheim, o sociólogo que tão argutamente pôs em destaque o papel dos grupos profissionais, que a Escola deve estar ao serviço da Nação e que a sua missão educadora representa um trabalho de «socialização das gerações novas».

Sem esquecermos o elemento psicológico, que é a realidade viva, palpável da obra do Educador e sem preterir a dignidade eminente do Homem, há-de convir-se em que a fórmula de Durkheim encerra, em sua luminosa concisão, uma verdade indesmentível.

A obra da Escola, mormente auxiliada por uma

acção de extensão universitária, em país algum como no nosso, tem aquela alta missão a cumprir

Ela tem de criar as *élites*, que, pela sua acção social, concorram depois para valorizar a terra e o trabalhador de Portugal, ensinando-o a aproveitar a gleba, a lavrá-la mais fundo, a adubá-la e a regá-la melhor, a seleccionar as sementes e os produtos, a munir o homem de melhores instrumentos de trabalho, a racionalizá-lo, a melhorar a produção, determinando-lhe com precisão o custo, a poupar a fadiga inútil do operário.

Há uma vasta e complexíssima tarefa a realizar, que podia cifrar-se na valorização do Português, na modificação da sua *cultura*, que o mesmo é que dizer dos seus processos de trabalho, da sua educação geral e profissional, da sua *dieta*, do seu padrão-de-vida.

Com humanidade, com piedade, com ternura, devemos debruçar-nos sobre essa grei labiosa de Terra e Mar; dos nossos cavadores, pescadores e mariantes tão sóbrios e laboriosos, mas — ai de nós! — quase por toda a parte ainda tão desprovidos e rotineiros, tão sacrificados, afinal, num esforço desproporcionado ao seu rendimento útil.

São os lavradores, trabalhando a terra com arados primitivos e sem noções elementares de agrologia e de pecuária; são os pescadores, nas suas lanchas maneirinhas, bailando nas vagas ao sabor das tormentas, ou alando para terra, a braço ou com juntas de bois, as rôdes reluzentes das escamas de prata; são os *marnotos*, na salinação, e os sargaceiros, na apanha das algas, uns e outros tisnados de sol, a cabeça coberta do gorro frígio, a perna à vela até à coixa; são os *moliceiros*, nas suas barcas fenícias em meia lua, à vela ou à vara, transportando ao longo dos canais das lagunas os vegetais colhidos no fundo dos esteiros, com que adubam as terras dos mouchões e das lezírias; são, numa palavra, todos êsses homens ríjos, morenos, pacientes, devotos, obstinados na faina dura, ousados quando é mister, e guardando nas feições, nos gestos, na indumentária as cores e os traços atávicos — tão fielmente que diríeis que saltaram, ressuscitados das Tábuas de Nuno Gonçalves ou do Livro de Horas de D. Manuel...

Grémio dos Industriais Gráficos

UMA HOMENAGEM AO SEU PRESIDENTE

REALIZOU-SE na noite de 12 do corrente, no Grémio Nacional dos Industriais Gráficos, uma homenagem ao sr. Francisco Madeira Méga, há dois anos Presidente da Direcção.

O nosso director Carlos d'Ornellas, em nome da Direcção da Secção de Lisboa do G. I. G., convidou o sr. Dr. Braz de Medeiros, Assistente do I. N. T., representando o Sub-Secretário das Corporações e Previdência Social, a presidir à sessão e foi secretariado pelos srs.: Carlos d'Ornellas; Alexandre Coelho, delegado da secção do Pôrto; Alfredo Saraiva Faria, da secção de Coimbra; e Tomaz de Aquino, presidente do Sindicato Nacional dos Tipógrafos.

Lido o expediente, que constava de muitas cartas e telegramas de saudação ao homenageado, fez o elogio do homenageado o sr. Alfredo Gonçalves Tôrres, presidente da secção de Lisboa, que disse:

Ao Grémio Nacional dos Industriais Gráficos, na pessoa do seu ilustre Presidente, Sr. Francisco Madeira Méga, a Direcção da Secção de Lisboa quer testemunhar publicamente o seu reconhecimento e gratidão pelo trabalho que tem dispendido há 2 anos a esta parte em prol da Indústria.

Cabe a mim o dever de dizer algumas palavras em nome da Secção que tem seguido de perto a sua acção organizadora e de coordenação; que conhece e avalia todo o seu trabalho, o seu esforço de vontade e a sua prodigiosa inteligência, saúda neste momento o Grémio que tem a felicidade de ter na sua Direcção tão incansável trabalhador.

Felicitamos também a Classe que conta no seu seio tão valioso elemento.

É impossível, a nosso vêr, produzir-se mais. Devemos orgulhar-nos, senhores industriais gráficos, com a acção desenvolvida por Francisco Mega, de quem ainda há muito a esperar.

A remodelação dos nossos Estatutos, o Contrato Colectivo, a Caixa de Abono de Família e tudo mais, tudo que ele orientou e organizou muito deve ao seu saber e largos conhecimentos.

É preciso notar, Presados Colegas, que Francisco Méga não tem estado apenas ao serviço do Grémio.

Tem ido mais longe a sua valiosa actividade. Assim ele pudesse fazer de todos os gráficos uma família! Pudesse ele e a amizade entre operários e patrões não seria uma palavra vã.

E, — porque não dizê-lo? — interessa-nos mais a sua inteligência e admiramos mais a sua actividade quando ao serviço da Classe a que nos honramos de pertencer do que a salvaguardar os nossos interesses de agremiados!

É sob este aspecto que mais reconhecemos a sua extraordinária vontade de bem servir.

É necessário animá-lo, encorajá-lo a prosseguir na obra encetada.

Francisco Méga vem de há dois anos imprimindo ao Grémio Nacional dos Industriais Gráficos tal ritmo cadenciado de trabalhos a bem da Indústria e dos seus obreiros, que o muito que se diga não pode focar tudo que ele tem sabido fazer. Veio para presidente do Grémio num momento difícil e dentro de todas as dificuldades ele soube resolver problemas que de há muito andavam em equação, sem que

se lhes encontrasse solução. É que Francisco Méga não se deixa prender em questões baixas nem em trabalhos visonários; prende-se, sim, mas ao realismo, ao estudo do que interessa a uma classe que dirige e prende-se também — embora pareça um paradoxo — com os que na Indústria labutam para viver e dela levam o sustento para si e para os seus.

Teria sido para a Direcção da Secção de Lisboa um pesadíssimo fardo estes dois anos que ora findam, se não fosse a directriz imprimida pelo presidente do Grémio, sr. Francisco Méga, a tudo que com o Grémio se relaciona. Neste caso estão as Secções.

A Secção de Lisboa ao prestar homenagem à Direcção do Grémio, especializando o seu presidente, fá-lo, não só apenas pelos relevantes serviços por ele prestados à indústria como reconhecimento de quanto lhe queremos, quanto o estimamos e quanto o admiramos, mas, mais ainda, repetimos, como gratidão.

Que o possamos vêr à frente do Grémio a continuar a sua obra de acalmação, de disciplina, de justiça, de organização, de engrandecimento da Indústria a bem desta e dos Obreiros das Artes Gráficas, são os votos da Secção de Lisboa.

Falou a seguir o sr. Tomaz de Aquino, Presidente do Sindicato Nacional dos Tipógrafos, que leu palavras de elogio ao sr. Francisco Méga, salientando a colaboração honesta e desinteressada, mantida através dos variados problemas de interesse para as duas classes — patrões e empregados.

O nosso director Carlos d'Ornellas exaltou as qualidades do homenageado, através da acção do Grémio, salientando os altos serviços prestados à classe pelo dinamismo do presidente e dos seus cooperadores, a quem prestou também homenagem.

O sr. Dr. Braz de Medeiros, saudou o presidente do G. N. I. G., e salientou a sua dedicação pelo bem da classe, terminando por afirmar que, tanto o sr. sub-secretário das corporações, como ele próprio, qualquer que fosse o resultado das eleições para a nova direcção, que iam realizar-se em seguida, desejava contar sempre com a colaboração de Francisco Madeira Méga. Este, num improviso, depois de fazer os agradecimentos às palavras dos oradores que o antecederam, afirmou que a homenagem que lhe estava sendo prestada não era merecida visto os resultados obtidos nestes dois anos de gerência serem apenas devidos ao espírito de compreensão e de lealdade que sempre encontrou não só nos seus colegas da Direcção como também nos funcionários do Grémio que sempre têm posto a sua lealdade e competência em cooperação com a Direcção do Grémio. Anunciou, para breve, a publicação do Regulamento Económico da Classe e terminou por dizer que, como dirigente do Grémio, a sua acção é, muitas vezes, norteada pelo coração, pois entende que não pode haver duradoura felicidade e prosperidade económica para os industriais se não existir perfeita compreensão das necessidades dos operários e se entre uns e outros não se verificar boa harmonia e entendimento.

O sr. Dr. Braz de Medeiros encerrou a sessão para dar lugar à Assembleia Geral que, a seguir, se realizou, e cumprimentou o sr. Francisco Méga, que foi saudado por toda a assistência.

REPOSITÓRIO

de assuntos referentes

a TEATRO e a CINEMA

Por MIGUEL COELHO

Caixa de Previdência dos Profissionais de Espectáculos

Fiquei muito satisfeito e naturalmente comigo todos os que se interessam pela gente das casas de espectáculos, ao ver, nos jornais, de que tinha sido inaugurada esta Caixa. É claro que as pensões e socorros variam, mas a maneira de as distribuir é que deixa muito a desejar.

Bem sei que a comissão organizadora, composta de várias entidades pertencentes ao teatro e ao cinema, não pode fazer milagres, mas, o que certamente pode, é fazer uma distribuição equitativa, atendendo à categoria e «tempo de serviço» dos beneficiários.

O que me dizem ter estado a fazer-se mostra que a comissão organizadora está trabalhando mais com o coração do que com a cabeça.

Os críticos e as premières

Dizia há dias um jornal da manhã que, quando foi representada em Paris a peça «O sapato de setim» de Paul Claudel, a crítica só foi convidada dois dias depois da estreia. E acrescenta: Falência da crítica? Simples crise? Ou sómente o que interessa é a opinião do público...?

Estou farto de dizer que a crítica anda muito por baixo, devido à falta de sinceridade empregada nas apreciações e por isso quem manda é o público e portanto a sua opinião é que prevalece, porque é o supremo juiz.

Da notícia parece depreender-se que os críticos franceses enfermam da mesma doença dos seus colegas portugueses: a benevolência. E essa benevolência não será uma falta de sinceridade? Para que serve um crítico atraíçoar a sua missão, dizer o que não sente sómente para ser agradável a A ou B?

Ainda há dias sucedeu isso. Nos intervalos faltaram-se de «ratar» numa peça estreada e no dia seguinte todos disseram bem.

Vão lá entendê-los!

Actualidades da guerra

Se a guerra é um monstro que se sustenta de fazendas, de sangue e das vidas e que quanto mais come e consome, menos se farta, se a guerra é aquela tempestade terrestre que leva os campos, as vilas, castelos, palácios, não respeitando o pobre nem o rico, qual o motivo porque nos nossos maiores cinemas se exibem tantos documentários e tão seguidos sobre a guerra, havendo até cinemas onde a primeira parte é sómente preenchida por elas?

CARTAZ DA SEMANA

CINEMAS

EDEN 15,30 e 21,30 - «A vingança dos mortos».
OLÍMPIA - 14 às 24 - «Justiça dos homens».
COLISEU - 21 - Amor de perdição».

PARQUE MAYER - Divertimentos, atracções, etc.

JARDIM ZOOLÓGICO - Exposição de animais.

Publicações recebidas

Construtores do Império — O 1.º centenário do general Henrique de Carvalho — Pelo Major Mateus Moreno — 1943

O sr. Major Mateus Moreno, escritor muito distinto, publicou, recentemente, na *Revista de Artilharia*, um artigo em que recordou a figura do Chefe da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua, em 1884, e que foi o 1.º Governador de Luanda, Henrique Augusto Dias de Carvalho.

Bem andou o sr. Major Mateus Moreno em recordar este nome ilustre, na data do seu centenário. Henrique Augusto Dias foi, de facto, como disse o seu biografo na *Revista de Artilharia*, uma alta figura colonial em cuja obra, bem se pode dizer, como da de António Enes, quanto a Moçambique, se firma definitivamente a nossa soberania sobre uma das mais importantes parcelas de Angola.

Deste excelente e oportuno artigo fez-se uma separata. Ao seu distinto autor os nossos agradecimentos pelos exemplares remetidos a esta redacção.

GLYCOL

O IDEAL DA PELE



PRODUCTOS V. A. P.

O GLYCOL amacia a pele.

O GLYCOL dá aos lábios a maior frescura.

O GLYCOL é o ideal fixador do pó de arroz.

O GLYCOL evita o cieiro.

O GLYCOL dá a todas as peles o raro encanto da mocidade.

G
L
Y
C
O
L

O GLYCOL cura o «cres-tado» do Sol e o «quei-mado» da Praia.

O GLYCOL cura todas as impurezas e estragos da pele, tais como: erupções, borbulhas, espinhas, impigens, rugas, manchas, escoriações leves, mordeduras de insectos, etc., etc.

À venda nas melhores casas da especialidade e principais farmácias

DEPOSITÁRIOS:

Ventura d'Almeida & Pena

Rua do Guarda Mór, 20, 3.º E.

LISBOA

Remetemos uma amostra a quem nos enviar 3\$50 em sêlos do correio, nome e morada

PARTE OFICIAL

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES



Direcção Geral de Caminhos de Ferro

O «Diário do Governo» n.º 292, 2.ª série, de 16 de Dezembro de 1943, publica o seguinte:

Para os devidos efeitos se declara que, por portaria de 7 do corrente, visada pelo Tribunal de Contas em 11, foi nomeado o engenheiro director geral de caminhos de ferro, Rogério Vasco Ramalho, para ir em missão oficial ao estrangeiro, com a ajuda de custo diária de 600\$00 e o direito ao reembolso das despesas de transporte. (Não são devidos emolumentos, nos termos do decreto n.º 22:257).

O «Diário do Governo» n.º 304, 2.ª série, de 31 de Dezembro de 1943, publica o seguinte:

Para os devidos efeitos se publica que, a contar de 9 do corrente e por ter sido julgado incapaz pela junta médica, passou a situação de reforma o médico da 42.ª secção da rôde do Minho e Douro, Dr. António Alfredo Gomes Cascarejo, ao serviço da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e que para ela havia transitado nos termos da regra 3.ª do artigo 15.º do contrato de arrendamento de 11 de Março de 1927, com a categoria de médico adjunto da 9.ª secção médica da mesma rôde.

O «Diário do Governo» n.º 292, 2.ª série, de 16 de Dezembro de 1943, publica o seguinte:

Repartição de Estudos, Via e Obras

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, concordando com o parecer da comissão a que se refere o decreto n.º 19:881, que seja declarada sobrante uma parcela de terreno, com a superfície de 840 metros quadrados, à esquerda da linha férrea do ramal de Alfarelos, entre os quilómetros 217,159.00 e 217,378.00, nos termos do § 2.º do artigo 2.º do decreto-lei n.º 22:562, de 23 de Maio de 1933.

A referida parcela de terreno está situada na freguesia de Alfarelos, concelho de Soure e distrito de Coimbra, e confronta ao norte e poente com a estrada nacional n.º 43-2.º, ao sul com o caminho de ferro e estrada nacional n.º 43-2.º.

A supracitada parcela de terreno é cedida à Junta Autónoma de Estradas em harmonia com o disposto no artigo 3.º do mencionado decreto-lei n.º 22:562.

USAR O CALÇADO DA AFAMADA MARCA



É TER A CERTEZA
DE QUE SE CALÇA
COM ECONOMIA,
SOLIDEZ E ELE-
GÂNCIA

GAZETA DOS CAMINHOS DE FERRO

O «Diário do Governo» n.º 294, 2.ª série, de 18 de Dezembro publica o seguinte:

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, ouvida a Direcção Geral de Caminhos de Ferro, que sejam aprovadas provisoriamente as contas:

De anuïdades (juros e amortizações) da linha férrea da Boavista à Trindade, e da linha férrea da Senhora da Hora à Trofa, ambas relativas ao 2.º semestre do corrente ano e apresentadas pela Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, sendo a primeira de 606.619\$94 e a segunda de 818.800\$00, a pagar à referida Companhia.

O «Diário do Governo» n.º 304, 2.ª série, de 31 de Dezembro de 1943, publica o seguinte:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, a quem foi feito presente o auto de vistoria para a recepção definitiva da empreitada n.º 5, de construção do edifício de passageiros, cais de mercadorias, retretes, cocheira de máquinas e carruagens, casas de pessoal, plataformas, vedações e pavimentos das estradas de acesso, fornecimento de brita e obras diversas no lanço de Celorico de Basto ao Arcos de Baúlhe, na linha férrea de Tâmega, de quem são adjudicatários Jorge Vieira Bastian e Manuel Gonçalves Costa por contrato de 31 de Agosto de 1938, aprovar o referido auto, e bem assim declarar os mencionados adjudicatários quites para com o Estado das obrigações que contraíram em virtude do mesmo contrato.

O «Diário do Governo» n.º 3, de 5 de Janeiro, publica o seguinte:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, concordando com o parecer da comissão a que se refere o decreto n.º 19:881, de 22 de Maio de 1931, aprovar o processo de expropriação de terreno destinado à mudança de instalações da Divisão de Tracção na estação de Alfarelos da linha férrea do Norte.

O «Diário do Governo» n.º 303, 2.ª série, de 30 de Dezembro de 1943, publica o seguinte:

Repartição de Exploração e Estatística

De conformidade com o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 27:665, de 24 de Abril de 1937, foram aprovados por despacho de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações, de 14 do corrente, os projectos de aditamento às tarifas especiais internas n.º 1, de pequena velocidade, em vigor na antiga rôde e no Sul e Sueste e Minho e Douro, e à classificação geral de mercadorias, apresentados pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, com o acôrdo das restantes empresas ferroviárias, respeitantes a alterações do regime tarifário aplicável

A venda Sapataria CRISTAL — Rua do Amparo, 22

» ROYAL — Rua da Graça, 112
» LONDRINA — Rua Arco Marquês Alegrete, 51
» EDEN — » » » » 37
» NICE — » » » » 34

Telefones 2 8775 — 4 7958 — 2 7829

às remessas de substâncias explosivas e de animais ferozes ou bravios, bem como a outras rubricas da referida classificação geral.

De conformidade com o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 27:665, de 24 de Abril de 1937, foram aprovados, por despacho de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações de 14 do corrente, o projecto de aditamento à tarifa de transporte fluvial entre as estações de Lisboa e Barreiro, apresentado pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, destinado a harmonizar o disposto na referida tarifa com a tarifa geral na parte respeitante ao transporte de crianças.

De conformidade com o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 27:665, de 24 de Abril de 1937, foram aprovados, por despacho de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações de 14 do corrente, a proposta, apresentada pela Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, elevando de 3.000 para 5.000 quilogramas o peso indicado na nota (5) da classificação geral em vigor nas suas linhas.

O «Diário do Governo» n.º 1 de 3 de Janeiro de 1944, publica o seguinte:

Considerando que os transportes ferroviários durante os períodos de concentração e desmobilização de tropas que tomaram parte nas manobras militares realizadas durante o mês de Outubro findo foram executados exemplarmente e por forma a merecerem publicamente, do Estado Maior do Exército, as mais lisonjeiras referências:

Atendendo ainda a que êsses transportes, abrangendo também elevada tonelagem de mercadorias, foram efectuados num período em que a exploração ferroviária se debate com grandes dificuldades:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, louvar a administração, o pessoal técnico e demais pessoal da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses que interveio na preparação e execução daquele serviço, pela forma diligente, disciplinada e cheia de boa vontade com que se houve, honrando as tradições ferroviárias do País.

O «Diário do Governo» n.º 3 de 5 de Janeiro de 1944, publica o seguinte:

De conformidade com o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 27:665, de 25 de Abril de 1937, foi aprovado, por despacho de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações de 3 de Novembro próximo passado o projecto de aditamento à tarifa especial interna n.º 1 (Grande velocidade), em vigor nas linhas do Sul e Sueste, apresentado pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portu-

gueses, alterando os preços de transporte de géneros frescos a que se refere o capítulo IX da citada tarifa.

O «Diário do Governo» n.º de 5 de Janeiro de 1944, publica o seguinte:

Repartição dos Serviços Centrais

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que para o próximo ano a comissão arbitral a que se referem o artigo 22.º do decreto n.º 18:859, de 30 de Agosto de 1930, e o artigo 10.º do decreto n.º 22:046, de 29 de Dezembro de 1932, seja composta pelo engenheiro inspector superior de obras públicas Raúl da Costa Couvreur, como presidente, pelo engenheiro chefe da 4.ª Repartição da Direcção Geral de Caminhos de Ferro, Rodrigo Severino do Vale Monteiro, como delegado do Estado e pelo engenheiro Henrique Pereira Pinto Bravo Júnior, como delegado da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

O que todos devem saber

Foi publicada no «Diário do Governo» uma portaria determinando que fiquem sujeitas à censura militar nas relações do triângulo Continente-Açores-Madeira, todas as correspondências postais, particulares e oficiais, e encomendas postais, bem como todas as comunicações a fazer por via telegráfica, criando no Ministério da Guerra o Serviço de Censura Militar às comunicações postais e telecomunicações.



Bivaria Escolar

ESPECIALIZADA EM ARTIGOS
ESCOLARES

RUA DOS ANJOS, 12-E
LISBOA

T. S. F.

MARCAS DE PRIMEIRA CATEGORIA. APARELHOS
— PARA OS AMADORES DE BOA MUSICA —

PEÇA UMA DEMONSTRAÇÃO

R. Rafael de Andrade, 18-1.º - LISBOA

EMPRESA GERAL DE TRANSPORTES

S. A. R. L.

VALENÇA—BARCA D'ALVA—VILAR FORMOSO
BEIRAM—ELVAS—VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

RUA DO ARSENAL, 124-1.º

Telefone 2 9374/78

End. Teleg. TRANSPORTES

LISBOA

RUA MOUSINHO DA SILVEIRA, 30

Telefone 5938

End. Teleg. TRANSPORTES

PORTO

Companhia Colonial de Navegação

SERVIÇO DE CARGA E PASSAGEIROS

Carreira rápida da Costa Oriental

SAÍDAS mensais regulares, com escala por Funchal, S. Tomé, Sazaire, Luanda, Pôrto Amboim, Lobito, Mossâmedes, Lourenço Marques, Beira e Moçambique e para os demais portos da Costa Ocidental e Oriental, sujeito a baldeação em Luanda ou Lourenço Marques.

Carreira rápida da Costa Ocidental

SAÍDAS mensais regulares, com escala por S. Vicente, Praia, Príncipe, S. Tomé, Ambriz, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito e Benguela e demais portos da Costa Ocidental, sujeito a baldeação em Luanda.

Carreira da Guiné

SAÍDAS de Lisboa de 40 em 40 dias, pelas 12 horas, com escala por Funchal, S. Vicente, Praia, Bissau e Bolama.

Carreira do Brasil

para Rio de Janeiro e Santos com escala por Funchal e S. Vicente.

LISBOA—Rua do Instituto Virgílio Machado, 14

(Rua da Alfândega) Telef. 2 0051

Escritórios

PORTO—Rua Infante D. Henrique, 9

Telefone 2342

Aguiar & Mello, L.^{da}

Praça do Município, 13, loja—Telefones 21151-21152

LISBOA

Cimento Hidrofugado "Liz N"

Impermeabilisador de cimento
para: Empenias, Fundações,
— Caves, Tanques, etc. —

PRODUCTO NACIONAL DA

Empreza de Cimentos de Leiria

Hotel Franco

(Em frente à Praça da Figueira) EDIFÍCIO TODO

DIÁRIAS A PREÇOS MÓDICOS

Próximo da Estação do Caminho de Ferro
e do mar. — Todos os confortos e comodidades
recomendáveis. — Esplêndida sala de visitas. — Casa de banho em todos os andares.
— Cosinha à Portuguesa. — Empregados a
todos os Vapores e Combóios.

Gerente: FERNANDO RODRIGUES.

LISBOA — Rua dos Douradores, 222

TELEFONE 2 1616 — PORTUGAL

Primeira Casa das Bandeiras

DE

MARGARIDA CARDOSO DA COSTA

SUCESSORA DE

ANTÓNIO CARDOSO

149, Rua dos Correiros, 151—Telef. 27482—LISBOA-Portugal

Bandeiras nacionais e estrangeiras, estandartes e galhardetes para Câmaras Municipais, Legião, Mocidade, Grémios, Sindicatos, Casas do Povo e Associações. Ampliações de desenhos, para serem aplicados em filel de lã ou seda

Grande sortido de bandeiras de todas as nações para aluguer

Preços de concorrência — Orçamentos grátis

Rocha & Oliveira

Importadores de todas as qualidades de carvão de pedra para máquinas, coque de fundição e antracites

TELEFONES

P. B. X.—28082, 28083 e 28084

ESCRITÓRIO

139, RUA DOS BACALHOEIROS

LISBOA

ARMAZEM

DOCA DE ALCANTARA

Quereis dinheiro?
JOGAI NO

Gama

Rua do Amparo, 51
LISBOA

Sempre Sortes Grandes!

Endereço telegr.: «Palace-Lisboa»
Telefone: n.º 20231



Avenida Palace Hotel LISBOA

Hotel de 1.ª classe situado no coração da cidade, junto da Estação do Rocio e perto da Avenida da Liberdade

130 QUARTOS — 80 QUARTOS COM BANHO

Telefone em todos os quartos, ligado com a rede internacional

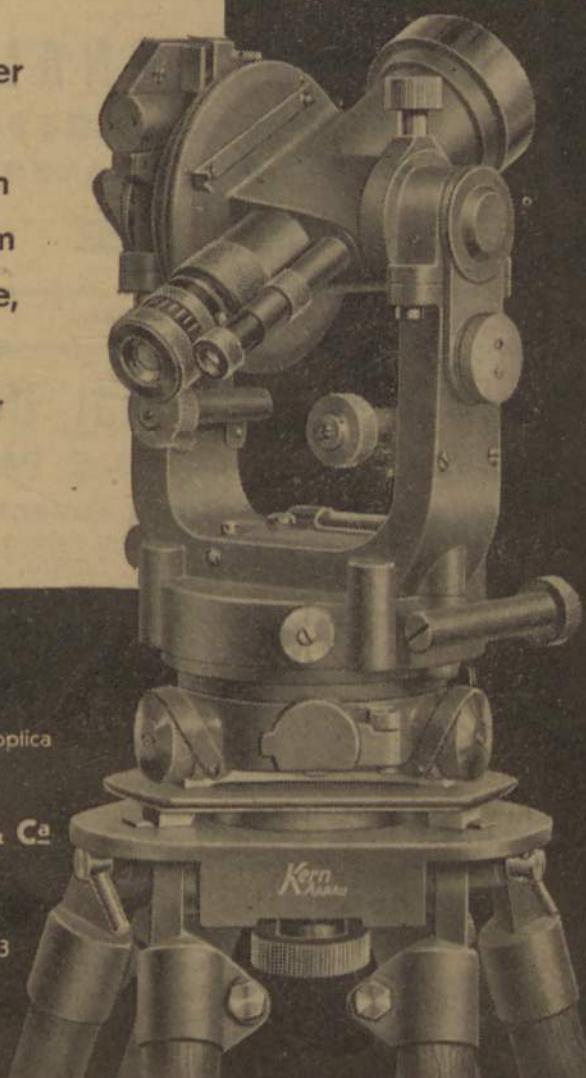
AQUECIMENTO CENTRAL
ESMERADÍSSIMA COMIDA
VINHOS SELECTOS — AMERICAN BAR

Preços moderados — Para estadias prolongadas condições especiais

Os novos Teodolitos de círculo duplo

permitem obter
os melhores
resultados em
medidas, com
mais facilidade,
mais rapidez
e com menor
esforço

Kern
AARAU
(Suissa)
DK



KERN & Cia. S. A.
AARAU (Suissa)

Fábrica de mecanica fina e óptica

Representantes:

CARLOS GOMES & Cia
Lda.

LISBOA

Aparlado 658 · Telef. 21143

Sociedade Anónima Brown, Boveri & Cia

B A D E N — S U I S S A

A firma que instalou o maior
número de kilowatts nas Centrais
Eléctricas Portuguesas — A firma
que montou o maior número de
turbinas a vapor em Portugal.

Representante Geral
para Portugal e Colónias:

EDOUARD DALPHIN

ESCRITÓRIO TÉCNICO:

